

NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 27/02/2015 - Edição 1225

Vigilantes fazem protesto e bloqueiam acesso à UFS



Trabalhadores da empresa Rima cruzaram os braços para exigir o pagamento dos atrasados e o curso de reciclagem

Os vigilantes da Universidade Federal de Sergipe (UFS) decidiram bloquear a entrada de carros ao campus na tarde desta quinta-feira, 26. Eles já estão com as atividades paralisadas e garantiram que só vão retornar o trabalho no momento em que a situação financeira da categoria estiver regularizada. Mais de duzentos funcionários aderiram à paralisação.

Quem precisou ir à UFS nestas tarde e noite, teve que deixar o carro do lado de fora e entrar a pé no campus. Foi

a forma encontrada pelos 230 vigilantes para colocar em prática o protesto pelos salários e direitos atrasados.

O representante do Sindicato dos Vigilantes de Sergipe (Sindivigilante), Genilson Pereira, esteve presente no ato dos funcionários e fala que o sindicato está para apoiar a causa. Estamos cansados de ouvir promessas. A categoria que está aqui prestando serviço à universidade está sofrendo há dois anos, disse o presidente.

Segundo Genilson, nesta

quinta-feira uma reunião entre a UFS e a empresa Rima, terceirizada responsável pelos vigilantes, estava marcada para as 14h, mas nada aconteceu. Por isso, o sindicato tomou a decisão de fechar a entrada da universidade.

Os vigilantes falam em tempo indeterminado para o fim da paralisação. Eles exigem que sejam colocados em dia os salários, vale-alimentação e vale-transporte atrasados, e pedem que o curso de reciclagem dos vigilantes, que deveria ocorrer

a cada dois anos, volte a ser realizado.

Para o representante do Sindivigilante, a situação dos vigilantes é responsabilidade tanto da Rima quanto da UFS. “Há dois anos, nós enviamos ofícios mostrando as irregularidades da empresa para a UFS e nada mudou. Então, eu acho que a universidade tem uma parcela de culpa também”, fala.

Josias Pereira Alex trabalha como vigilante da universidade há dois anos e fala que a situação já existe desde 2013. “A gente está tirando do próprio bolso para vir trabalhar. A UFS não toma providências. Sou pai de família, tenho três filhas. É um constrangimento”, falou o

funcionário.

UFS e Rima

O superintendente de Infraestrutura da UFS, Antônio Américo Cardoso, informou que não daria informações por telefone e orientou que a equipe

Fala CNTV

O Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Sergipe, Reginaldo Gonçalves, afirmou que não existe mais possibilidade de acordo. Segundo ele, a empresa já se propôs a realizar os pagamentos algumas vezes e nunca cumpriu. “Falaram que pagariam, alimentação e transporte, mas até agora ninguém recebeu nada”, conta Gonçalves.

“Sobre as férias, ficou acertado que eles pagariam agora e parcelariam a multa. Como já ficou claro que eles não têm palavra, só vamos sair quando o pagamento tiver feito. Não estamos mais disponíveis para negociação”, completou.

A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) está à disposição da categoria para auxiliar em tudo o que for necessário.

Fonte: Infonet

Fonte: CNTV

Vigilantes de carro-forte do RN querem reajuste de 15%



Assembleia retificou o reajuste salarial para 15%, acompanhando percentual reivindicado pelos companheiros de Pernambuco e Alagoas

Reunidos em assembleia na quarta-feira (25), os vigilantes de carro-forte retificaram algumas cláusulas da pauta de reivindicações. Entre elas, o reajuste salarial pedido que antes era de 13% agora passou para 15%. Participaram da atividade, realizada no Clube dos Oficiais da PM, em Natal, o presidente da Confederação

Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura; o representante da Federação Interestadual dos Vigilantes do Nordeste (Fives), Iran Marcolino; e o vigilante e vereador Sandro Pimentel.

Agora, os vigilantes de carro-forte do RN acompanham os companheiros de Pernambuco e Alagoas, todos pedindo

reajuste salarial de 15%. Além disso, a categoria também aprovou que a primeira rodada de negociação seja levada diretamente à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE). O pedido já foi protocolado e a reunião foi agendada para a próxima semana.

“Propomos essa mudança à assembleia e todos aprovaram porque estão vendo como os companheiros do patrimonial estão sofrendo com a rispidez e falta de vontade em negociar dos patrões”, explicou o presidente do Sindforte-RN, Tertuliano Santiago.

Em resposta a toda intransigência dos patrões a assembleia determinou que vai partir para o embate. “Estamos prontos para o enfrentamento, não importa como. Não vamos abrir mão de ter avanços”, afirmou Santiago.

Fonte: CNTV

Dupla em moto rouba arma de vigilante na UEPB em Campina Grande

Assalto aconteceu por volta das 14h10, em frente ao departamento do curso de Educação Física, que fica no interior do campus, em Campina Grande

Um vigilante que faz a segurança privada da Universidade Estadual da Paraíba, campus Bodocongó, em Campina Grande foi assaltado durante a tarde da última terça-feira (24). A ação foi praticada por dois homens, que roubaram a arma do vigilante.

Segundo as informações

do Centro Integrado de Operações da Polícia Militar (Ciop), o assalto aconteceu por volta das 14h10, em frente ao departamento do curso de Educação Física, que fica no interior do Campus. Os dois bandidos chegaram no local, em uma moto de cor preta e anunciaram o assalto.

Ainda de acordo com a Polícia Militar, o vigilante relatou que os assaltantes só queriam a arma e não levaram mais nada dele. Conforme o Ciop, foram realizadas diligências em busca dos acusados, mas nenhum suspeito foi identificado.

Fonte: Jornal da Paraíba

Governo e estados querem pena maior para explosão de caixa eletrônico

Em meio a uma onda de ataques com explosivos de caixas eletrônicas em vários estados, o governo federal deve encaminhar ao Congresso Nacional, na próxima semana, um projeto de lei que aumenta a pena para a prática do furto qualificado com uso de explosivo. A iniciativa tem apoio dos secretários estaduais de Segurança.

Pela proposta, que foi discutida nesta quinta-feira (26), em Brasília, em reunião do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, com os secretários estaduais de Segurança, a pena para o crime de furto qualificado com uso de explosivo, que atualmente varia de três a seis anos, seria equiparada à sanção aplicada ao roubo qualificado, com pena de seis a 12 anos de reclusão.

“Se houver acordo, o governo federal encaminhará o projeto ao Congresso, no início da semana que vem, com o compromisso do deputado Eduardo Cunha [presidente da Câmara] de incluí-lo

na pauta [de votação] na próxima semana. Há uma possibilidade de consenso, porque já avançamos muito, discutimos os textos com os secretários anteriores. Há novos secretários, governos e temos que consultá-los”, disse Cardozo.

O secretário de Segurança Pública de São Paulo, Alexandre de Moraes, informou que, só em janeiro deste ano, foram registrados 28 ataques a caixas eletrônicas no estado, média de quase um atentado por dia. No mesmo mês do ano passado, foram registradas 14 explosões.

“Queremos uma nova qualificação do crime de furto que estabeleça pena de cinco a 12 anos de reclusão, a mesma para roubo qualificado, já que houve essa migração do roubo para o furto com explosivo”, disse Moraes.

“Hoje, geralmente, o juiz fixa a pena mínima, o criminoso começa no regime aberto e não fica nem preso. Tivemos um caso em São Paulo, em janeiro, em que a polícia prendeu três indivíduos,

que foram colocados em liberdade, porque eram primários. Dez dias depois, prendemos os mesmos infratores explodindo outro [caixa eletrônico]”, relatou o secretário paulistano.

Além do endurecimento das penas, os secretários avaliam que os bancos devem estender a todos os caixas eletrônicos de fácil acesso, principalmente aqueles instalados nas ruas, medidas de segurança, como o georreferenciamento e a instalação de dispositivo que mancha as notas de tinta e libera fumaça em caso de ataque.

Grupo de trabalho

Na reunião de hoje, o ministro da Justiça e os secretários decidiram criar um grupo de trabalho, com a participação do Ministério da Defesa, para discutir a atualização do decreto presidencial que regulamenta a fabricação e comercialização de material explosivo no país. Uma das propostas apresentadas pelos representantes dos estados

é a proibição da fabricação das chamadas bananas de dinamite.

A ideia, é que o artefato seja substituído gradualmente por um mecanismo eletrônico

para provocar explosões. “Há necessidade de uma fiscalização mais rígida, desde a produção, passando pelo transporte, até o armazenamento. Porque hoje, a

fiscalização deixa muito a desejar”, disse o secretário de Segurança de São Paulo.

Fonte: Agência Brasil

PL 4330 vai a votação no plenário da Câmara em abril, anuncia Cunha

Em reunião com as centrais sindicais realizada nesta quarta-feira 25, em Brasília, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, anunciou que o PL 4330/2004, projeto de lei que legaliza a terceirização no Brasil, será pautado no plenário logo no início de abril, em seguida à Semana Santa, e que reservará o mês de março para debater o tema.

A proposta, que ainda aguarda análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), segundo o deputado será levada diretamente ao plenário.

“Mesmo que a CCJ não resolva, a gente leva para o plenário”, ressaltou Cunha.

Aproposta teve sua tramitação marcada pela polêmica e, por diversas vezes, sua votação na CCJ foi inviabilizada pela oposição dos trabalhadores.

Entre os pontos questionados estão a permissão para que toda e qualquer atividade seja terceirizada; a criação de um sistema paralelo de sindicalização; e a liberação da responsabilidade solidária da empresa contratante caso a empresa de terceirização não cumpra as obrigações trabalhistas.

Mobilização

“Apesar de surpreso com a notícia, o Fórum de Combate à Precarização já havia marcado reunião para esta sexta-feira 27, em Brasília. Obviamente essa passa a ser a prioridade dos debates e, certamente, o que nos levará a intensificar a mobilização de todos os setores da sociedade para mais uma vez barrar essa tentativa de precarizar as relações de trabalho no Brasil”, afirma Miguel Pereira, secretário de Organização da Contraf-CUT, integrante do Fórum.

Fonte: [Contraf-CUT](#), com site da [Câmara](#)

VIGILANTE
PISO NACIONAL
3 MIL REAIS

CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES

UMI **CUT**

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico: Anibal Bispo
Diagramação: Joanna Alves



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF